STJ00103780

PAULO DE BARROS CARVALHO

Professor Titular de Direito Tributário da PUC-SP e da USP.

Curso de Direito Tributário

28ª edição
2017

saraiva jur

STJ00103780

ISBN 978-85-472-1450-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Carvalho, Paulo de Barros

Curso de direito tributário / Paulo de Barros Carvalho. – 28. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3. Direito tributário - Legislação - Brasil I. Título.

16-1355 CDU 34:336.2

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito tributário 34:336.2

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Edição Bruna Schlindwein Zeni

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Microart Design Editorial

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Muiraquitã Editoração Gráfica
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Gráfica Ave Maria

Data de fechamento da edição: 13-12-2016

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602702 CAE 603529

1274199

STJ00103780

Sumário

Plano da Obra 7
Prefácio à 28ª Edição 19
Prefácio à 26ª Edição 21
Prefácio à 25ª Edição 23
Prefácio à 14ª Edição 25
Prefácio à 13ª Edição 27
Prefácio à 7ª Edição 29
Prefácio à 4ª Edição 31
Introdução 33

Capítulo I
DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito positivo e Ciência do Direito 35
2. A linguagem do legislador e a linguagem do jurista 38
3. Texto de direito positivo e norma jurídica 40
4. Sistemas jurídicos — sistema do direito posto e sistema da Ciência do Direito 43
5. O conjunto das normas válidas como objeto da Ciência do Direito 44
6. Conceito e definição de Direito Tributário positivo e de Ciência do Direito Tributário — o falso problema da autonomia 45
7. Outras denominações da disciplina 48

Capítulo II
TRIBUTO

1. Acepções do vocábulo "tributo" 51

2. A definição do art. 3º do Código Tributário Nacional 55
3. Tipologia tributária no Brasil — o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo 58
4. O art. 4º do Código Tributário Nacional — denominação e destino do produto da arrecadação 59
5. Empréstimo compulsório 60
6. O imposto como tributo não vinculado à atuação do Estado 63
7. Taxas cobradas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício regular do poder de polícia 66
8. Contribuição de melhoria 68
9. Das contribuições 70

Capítulo III

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Fontes do direito 73
2. Fontes do direito positivo e fontes da Ciência do Direito 79
3. A doutrina 80
4. Instrumentos introdutórios de normas tributárias no Direito brasileiro — instrumentos primários e secundários 81
5. Instrumentos primários 82
6. Instrumentos secundários 96
7. Vício formal e vício material 98
8. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional 100

Capítulo IV

VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. O problema da existência, da validade e da eficácia das normas jurídicas 103
2. A questão da vigência 106
3. A vigência das normas tributárias no tempo 108
4. A vigência das normas tributárias no espaço 109
5. Vigência e aplicação das normas jurídicas 109

6. Aplicação das normas tributárias 111
7. A aplicação das normas tributárias e a retroatividade 113
8. Métodos de interpretação do direito — a interpretação sistemática 114
9. A interpretação do direito como um sistema de linguagem 117
10. O tema da interpretação na disciplina do Código Tributário Nacional 120
11. O percurso da construção de sentido — modelo de interpretação que pode ser aplicado ao direito tributário a partir da análise do discurso 125
12. A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade.. 146

Capítulo V

SISTEMA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

1. Noção de sistema 149
2. Classificação dos sistemas 151
3. Sistema jurídico — dois corpos de linguagem 153
4. Direito positivo: ordenamento ou sistema? 156
5. Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria autopoiética do direito 158
6. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser 162
7. Regras de comportamento e regras de estrutura 163
8. Sistema constitucional brasileiro 165
9. O subsistema constitucional tributário 165
10. Princípios constitucionais gerais 167
11. Princípios constitucionais tributários 180

Capítulo VI

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

1. A noção corrente de imunidade tributária — avaliação crítica.... 191
2. Conceito e definição do instituto — sua natureza jurídica 202
3. Paralelo entre imunidade e isenção 205

4. A imunidade recíproca 206
5. A imunidade dos templos de qualquer culto 208
6. A imunidade dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais 208
7. A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão 209
8. A imunidade das produções, fonogramas e videofonogramas musicais 210
9. Outras hipóteses de imunidade 211
10. Imunidades de taxas e de contribuições 212

Capítulo VII

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. A Lei n. 5.172/66, em face da Constituição de 1988 215
2. Normas gerais de Direito Tributário na estrutura do Código Tributário Nacional 216
3. Breve escorço histórico e as duas mais importantes interpretações do art. 18, § 1º, da Carta de 1967 218
4. A previsão do art. 146 da Constituição vigente 222
5. O tema da hierarquia da lei complementar 224
6. Hierarquia formal e hierarquia material 226
7. Exegese sistemática e compreensão do alcance das normas gerais de Direito Tributário 228
8. Conclusões 229

Capítulo VIII

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Competência tributária e capacidade tributária ativa 231
2. Sobre as características da competência tributária 234
3. Competência residual e extraordinária 240
4. Considerações a respeito da competência como objeto de disciplina do Código Tributário Nacional 243
5. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade 247

6. Exercício da competência — a edição das normas tributárias 251
7. Normas tributárias em sentido amplo e em acepção estrita 252
8. A regra-matriz de incidência — sua estrutura lógica — hipótese e consequência 254

Capítulo IX

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. HIPÓTESE TRIBUTÁRIA E FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Delimitação do conteúdo de "fato puro", "fato contábil" e "fato jurídico" 257
2. O caráter exclusivamente jurídico do chamado "fato gerador" ... 265
2.1. A respeito da doutrina que recomenda a preferência do conteúdo à forma 266
3. A expressão equívoca "fato gerador" 268
4. Hipótese tributária e fato jurídico tributário 270
5. A subsunção do fato à norma e a fenomenologia da incidência ... 271
6. Hipótese — sua integridade conceptual — fatos jurídicos tributários simples e complexos 275
7. Os critérios da hipótese: material espacial e temporal 277
8. Crítica à classificação dos fatos geradores em função do momento de sua ocorrência 287
9. O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional 291

Capítulo X

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. O CONSEQUENTE DA NORMA E AS RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS

1. A consequência ou "prescritor" da norma tributária — seus critérios 303
2. Relação jurídica e relações jurídicas tributárias 304
3. A obrigação tributária e os deveres instrumentais ou formais 309
4. A obrigação tributária no Código Tributário Nacional 311
5. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito ativo 316

6. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito passivo 319
7. Sujeito passivo e domicílio tributário 321
8. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva — capacidade para realizar o fato jurídico tributário e capacidade para ser sujeito passivo de obrigações tributárias 323
9. Sujeito passivo e solidariedade 329
10. Sujeito passivo e responsabilidade tributária 332
11. O critério quantitativo — a definição da dívida tributária 338
12. A base de cálculo na Teoria Geral do Direito Tributário 339
13. A alíquota 349

Capítulo XI

SÍNTESE DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA

1. Visão da regra-matriz de incidência na sua integridade constitutiva 353
2. Esquema lógico de representação formal — explicação dos símbolos 355
3. A função operativa e prática do esquema da regra-matriz de incidência — exemplos de aplicação no direito positivo brasileiro ... 357

Capítulo XII

CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO

1. Enunciados e objetos da experiência — "fato" como enunciado protocolar — a constituição jurídica do "fato" 364
2. O evento previsto em norma e a chamada "relação jurídica efectual" 369
3. O fato jurídico tributário e seu efeito peculiar: instaurar o vínculo obrigacional 370
4. A natureza do crédito tributário — crédito e obrigação 371
5. O crédito tributário no Código Tributário Nacional 373
6. Sobre a norma individual e concreta que documenta a incidência 375

7. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta relativa à percussão tributária 376
8. Lançamento tributário — o problema semântico 378
9. Demarcação conceptual do vocábulo "lançamento" 382
10. Lançamento tributário: norma, procedimento e ato 389
11. Lançamento e a teoria dos atos administrativos 392
12. Definição de lançamento tributário 393
13. As cláusulas da definição satisfazendo a estrutura do ato 402
14. A norma jurídica do ato de lançamento e a norma que figura como seu conteúdo 404
15. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário 405
16. Sobre o conteúdo do ato de lançamento 409
17. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento 410
18. Lançamento provisório e definitivo 411
19. Lançamento e auto de infração 413
20. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário 415
21. Alterabilidade do lançamento no direito positivo brasileiro 418
22. Modalidades de lançamento — crítica 423
23. Aspectos do lançamento no Código Tributário Nacional 424
24. A norma jurídico-tributária, individual e concreta produzida pelo sujeito passivo 428
25. A linguagem produtora da norma individual e concreta e o momento em que ingressa no sistema positivo 431

Capítulo XIII

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. A suspensão é da exigibilidade e não do crédito 433
2. As hipóteses do art. 151 da Lei n. 5.172/66 434
3. O instituto da moratória e sua disciplina jurídico-tributária 435
4. O depósito do montante integral do crédito 439
5. As impugnações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do procedimento administrativo tributário 439
6. A concessão de medida liminar em mandado de segurança 440

7. A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial 441
8. O parcelamento 441

Capítulo XIV

EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Possibilidades teóricas de extinção das relações jurídicas 443
2. A extinção do crédito é concomitante ao desaparecimento do vínculo obrigacional 445
3. Causas extintivas no Código Tributário Nacional 445
4. Pagamento e pagamento indevido 446
5. Compensação 453
6. Transação 454
7. Remissão 455
8. Decadência 456
9. Prescrição 460
10. Conversão de depósito em renda 464
11. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento 465
12. A consignação em pagamento 467
13. A decisão administrativa irreformável 468
14. A decisão judicial passada em julgado 469
15. A dação em pagamento em bens imóveis na forma e condições estabelecidas em lei 469

Capítulo XV

"EXCLUSÃO DO CRÉDITO" TRIBUTÁRIO

1. O significado da "exclusão do crédito" e as causas excludentes previstas no Código Tributário Nacional 471
2. Crítica às teorias sobre a isenção 473
3. Fenomenologia das isenções tributárias 477
4. As regras jurídicas sobre isenção no Código Tributário Nacional ... 484
5. Conceito jurídico de anistia fiscal 487

6. As prescrições do Código Tributário Nacional sobre anistia 488
7. Considerações finais 489

Capítulo XVI

INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Direito e coatividade 491
2. Sanção — acepções da palavra 492
3. Algumas palavras sobre a norma secundária 493
4. A estrutura lógica da regra sancionatória — infração e sanção ... 497
5. A infração como hipótese normativa da regra sancionatória — seu núcleo constante 498
6. Os crimes fiscais como hipótese normativa da regra sancionatória 499
7. Espécies de infrações tributárias 500
8. As figuras do "abuso de direito" e da "fraude à lei" no ordenamento jurídico tributário brasileiro 505
9. As infrações no Código Tributário Nacional 508
10. A sanção como consequente normativo 516
11. Espécies de sanções tributárias 517
12. Os excessos sancionatórios 527
13. Responsabilidade dos sucessores 528
14. Responsabilidade de terceiros 532
15. Responsabilidade por infrações 534
16. Tipicidade, vinculabilidade da tributação e denúncia espontânea 535

Capítulo XVII

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Garantias do crédito tributário 541
2. Garantias no CTN e outras garantias expressamente previstas em lei 541
3. Bens que respondem pelo pagamento do crédito tributário 546
4. Presunção de fraude na alienação de bens 549
5. Os privilégios do crédito tributário 551

6. O crédito tributário nos processos de falência do devedor 553
7. O crédito tributário nos processos de inventário, de arrolamento e na liquidação das pessoas jurídicas 554
8. Necessidade de quitação 555

Capítulo XVIII

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. A atividade de administração tributária em face da lei 559
2. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias 560
3. O dever de sigilo e o auxílio de força pública 564
4. Dívida ativa 566
5. Certidões negativas 568

Bibliografia 573